

Cz\$ 377 bilhões. É o tamanho do rombo que a anistia fará.

O buraco que poderá ser aberto nas contas do Tesouro Nacional e dos bancos oficiais e privados por conta da anistia da correção monetária aos micro e pequenos produtores rurais e às pequenas e médias empresas urbanas já está dimensionando pelo governo. O prejuízo será de 282 milhões de OTNs (Cz\$ 377 bilhões, de acordo com a OTN de junho), ou cerca de US\$ 1,964 bilhão. Para cobrir o rombo, o governo terá que produzir recursos — através de mais impostos ou emissão de moeda — equivalentes a duas vezes tudo o que o Trileão retirará dos contribuintes neste ano (158 milhões de OTNs).

Quem divugou os números, ontem à noite, foi o coordenador de política agropecuária da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Ricardo Conceição. A maior carga recairá sobre o Tesouro Nacional: 145 milhões de OTNs (Cz\$ 194 bilhões, em valores de 30 de junho). Os bancos oficiais, federais e estaduais vêm a seguir, com 95,7 milhões de OTNs (Cz\$ 128 bilhões), seguidos pelos bancos privados, com prejuízos de 41,1 milhões de OTNs (Cz\$ 55 bilhões).

Conceição explicou que no prejuízo do tesouro já estão computados os repasses e coberturas da União aos bancos oficiais, para compensar parte de suas perdas. O coordenador acrescentou que o prejuízo dos bancos privados foram levantados sem se levar em conta qualquer auxílio do governo para a cobertura de parte das perdas com a anistia. Explicou que este auxílio não pode ser realizado através de repasses diretos, mas apenas, talvez, pela concessão de benefícios fiscais (que não foram computados).

O coordenador informou que estes números são os finais e que um levantamento mais detalhado e confiável só poderia ser realizado de uma única maneira: "Com a visita a todas as agências bancárias do País, para o levantamento caso a caso". Conceição explicou que o rombo expresso em OTNs (282 milhões) não pode ser convertido pelo valor deste título a partir de 1º de julho. A conversão teria que ser feita pelo regime *Pro Rata* (proporcional ao tempo), utilizando a OTN fiscal, cujo valor varia diariamente.

O técnico do Ministério da Fazenda afirmou que, a partir de agora, o governo se concentrará na busca de alternativas que compensem o rombo, antecipando-se a um possível fracasso das iniciativas de se derrubar a anistia no segundo turno de votações na Constituinte (veja mais informações na página 6). "Até agora, não fizemos outra coisa senão tentar levantar o tamanho do rombo", disse Conceição.

Tudo parado

As agências do Banco do Brasil em todo o País suspenderam ontem a liberação de financiamentos para custeio e investimentos tanto no setor rural quanto no urbano, até que sejam concluídos os levantamentos das perdas do banco. Ao anunciar a medida, o presidente do Banco do Brasil, Mario Berard, admitiu que, dependendo da situação, os financiamentos previstos para agosto também poderão ser suspensos. Sobre os contratos já assinados, garantiu que todos "serão cumpridos pelo banco".

A decisão, segundo Mario Berard, foi aprovada em reunião do conselho diretor do BB — realizada anteontem à noite. Também ficou definida a constituição de provisão de igual valor ao prejuízo que deverá ser arcado pelo banco.

Em julho, segundo Mario Berard, estava prevista a liberação de Cz\$ 30 bilhões para empréstimos rurais e Cz\$ 10 bilhões para os urbanos. Ele adiantou que a partir da identificação dos mutuários que serão atingidos pela anistia, o banco vai estudar caso a caso. O BB firmou durante o Plano Cruzado 1.300.000 contratos para crédito rural e 700.000 destinados aos pequenos e médios empresários urbanos.

O governador mineiro Newton Cardoso considerou injusta a decisão do presidente Sarney de cortar os programas aos micros e pequenos empresários, entendendo que antes deveria ter sido feito "um estudo profundo" do valor da dívida. Ele acredita que agora o governo federal terá que emitir moeda ou, se não emitir, "criar um imposto sobre a anistia", para compensar.

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, por sua vez, voltou a criticar a decisão do ministro da Fazenda de suspender o crédito para o setor rural. Mas ele disse acreditar que, tão logo Mailson da Nóbrega retorne de sua viagem ao Japão, o ministro autorizará o repasse de recursos do Tesouro Nacional para o custeio e investimento no setor agropecuário.

Inadimplância preventiva

O presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Ricardo Rossowsky, revelou ontem, em Porto Alegre, ter informações da existência de devedores que deixaram de pagar suas dívidas, na expectativa de que a Constituinte confirme a anistia na votação em segundo turno. Ele salientou que estas pessoas estão depositando o dinheiro em cadernetas de poupança, precavendo-se para o caso de a anistia ser revogada ou reduzida. Nas operações de crédito do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul) a inadimplência chegou a 40%.